

Mesa Nacional do Bloco de Esquerda

Privilégio e desigualdade são as marcas do Orçamento do Estado para 2026

O favorecimento às grandes empresas, incluindo do setor financeiro, já estava garantido com as alterações anteriores ao IRC. Agora, aos 366 milhões de euros de desconto no IRC previstos no OE 2025, juntam-se os 300 milhões de euros de desconto adicional no OE 2026. O setor bancário beneficiará ainda do fim do adicional de solidariedade. Ou seja, as receitas do Estado diminuem a favor de quem mais tem, transferindo a carga fiscal principalmente para quem vive do seu trabalho. O peso dos impostos indiretos (principalmente IVA) - os mais injustos por não dependerem do nível de rendimentos - atinge 56% do total.

Ao mesmo tempo, a despesa prevista prioriza objetivos que estão longe dos interesses da maioria da população. Destaca-se um aumento da despesa com a Defesa, que sobe 23% face ao previsto no OE 2025 e 15% face ao executado em 2025, muito acima do reforço na Habitação e na Saúde, áreas extremamente carenciadas. A despesa efetiva consolidada em Habitação sobe apenas 8,6%, muito longe da prioridade necessária. Perante a grave crise da habitação, as medidas do Governo promovem o aumento das rendas e do preço das casas. O Governo insiste numa resposta centrada quase exclusivamente na construção, sem efeitos imediatos e sem impacto no custo da habitação. O desastre fica patente no conceito de “renda moderada”, fixada em 2300 euros mensais, que agora norteia a política de habitação do Governo.

Na Saúde, a estagnação da despesa — cuja evolução (1,5%) não cobre sequer o efeito da inflação prevista de 2,1% — é a ponta visível de uma estratégia de demolição programada do SNS. Esta asfixia financeira é executada em três frentes: impede a contratação de profissionais, perpetuando a dependência de um modelo de trabalho precário, mais caro e de menor qualidade; impõe um corte cego de mais de 800 milhões de euros em bens e serviços essenciais, paralisando a atividade diária de hospitais e centros de saúde; e anula qualquer investimento real em infraestruturas e equipamentos através de uma conhecida fraude de baixa execução orçamental. O objetivo não é gerir, mas sim fabricar o caos. Este orçamento não financia o SNS; financia a sua crise para entregar o negócio da doença aos grupos privados, que são o verdadeiro pano de fundo da estratégia da direita para o setor. Este é também um orçamento que permite o aumento das propinas do Ensino Superior e que não responde à dramática falta de professores na Escola Pública. A previsão de aumento de 3,5 % na despesa com pessoal da Função Pública não corresponde a objetivos mínimos de salvaguarda da Escola Pública e dos demais serviços públicos, limitando

estímulos salariais e de carreira que atraíam profissionais, e reverterá em grande medida para o fraco aumento salarial de 2,15%.

Esta falta de resposta aos problemas de quem trabalha, ao mesmo tempo que a banca e as grandes empresas são beneficiadas, motivou a convocatória de uma greve de vários setores da Função Pública no dia 24 de outubro. Esta luta soma-se ao protesto convocado pela CGTP para 8 de novembro contra o pacote laboral do governo. A política de injustiça social e fiscal - que o Governo mal disfarça em leis aprovadas à margem do orçamento - tem de ser denunciada e combatida num plano amplamente unitário, por todo o movimento sindical e por todas as organizações populares. O Bloco de Esquerda opõe-se ao OE2026 e associa-se à mobilização social que o contesta.